Ministério da Administração Interna
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Comando Distrital de Polícia de Aveiro

Compreender as Instalações de Risco

cpaveiro@psp.pt
www.psp.pt

No original:
"Understanding Risky Facilities"

De

Ronald V. Clarke e John E. Eck

COPS
COMMUNITY ORIENTED POLICING SERVICES

www.cops.usdoj.gov

Tradução: Chefe Evaristo Ferreira
jieferreira@psp.pt
chefeevaristo@gmail.com
CDPAVR/SPPP
Novembro – 2012

Center for Problem-Oriented Policing

Tem um problema? Nós temos a resposta!

www.PopCenter.org

Ligue-se ao website do "Center for Problem-Oriented Policing" em www.popcenter.org para aceder a um conjunto de informações de grande valor que o ajudarão a lidar com mais eficácia com o crime e a desordem na sua comunidade, incluindo:

- *Versões melhoradas de todos os Guias normalmente disponíveis*
- *Exercícios Interativos de treino*
- *Acesso on-line a estudos e a práticas policiais*
- *Um módulo online para análise de problemas.*

Concebidos para a polícia e para aqueles que com ela trabalham na resolução dos problemas comunitários, o www.popcenter.org é um excelente recurso para o policiamento orientado para a resolução dos problemas.

Guias Policiais Orientados para os Problemas
Série de Guias para Problemas Específicos
Guia N.º 6

Compreender as Instalações de Risco

Ronald V. Clarke
John E. Eck

Este projeto foi apoiado, através do acordo de cooperação N.º 2004CKWXK002, pelo Office of Community Oriented Policing Services, do U.S. Department of Justice. As opiniões aqui expressas são as dos autores e não necessariamente representam a posição oficial do U.S. Department of Justice. As referências a companhias específicas, produtos, ou serviços não devem ser consideradas como de apoio a esses mesmos produtos pelos autores, ou pelo U.S. Department of Justice. Em vez disso, as referências aqui contidas são meras ilustrações para complementar a discussão dos assuntos.

www.cops.usdoj.gov

ISBN: 1-932582-75-4

Março de 2007

Nem os autores nem o U.S. Department of Justice se responsabilizam pela exactidão desta tradução.

Acerca da Série de Instrumentos para Resolução de Problemas

Os guias instrumentos para resolução de problemas pertencem a uma de três séries de Guias Policiais Orientados para a Resolução de Problemas. As outras duas constituem os guias dedicados a problemas específicos e os guias de resposta.

Os Guias Policiais Orientados para a Resolução de Problemas sumarizam os conhecimentos existentes acerca das formas como a polícia pode reduzir os malefícios causados pelos crimes e pelos problemas relacionados com as desordens (incivilidades) específicos. São guias destinados a prevenir os problemas e a melhorar, no geral, a resposta aos incidentes, não para investigar as ofensas ou para lidar com ocorrências específicas. Os guias foram elaborados para os polícias – independentemente do seu posto ou missão – que devam tratar dos problemas específicos cobertos pelos guias. Os guias serão da maior utilidade para os elementos policiais que:

- *Compreendem os princípios e os métodos básicos do policiamento orientado para a resolução de problemas*
- *Conseguem olhar para os problemas em profundidade*
- *Estão dispostos a considerar novas maneiras de realizar o trabalho policial*
- *Compreendem o valor e as limitações dos conhecimentos provenientes dos estudos*
- *Estão dispostos a trabalhar com outros organismos da comunidade no sentido de encontrar soluções eficazes para os problemas.*

Os guias instrumentos sumarizam os conhecimentos existentes acerca da recolha de Informações e das técnicas de análise que poderão ajudar a polícia em qualquer dos quatro estádios de um projeto de policiamento orientado para os problemas: Identificação, análise, resposta e avaliação. Cada guia:

• Descreve o tipo de informação que resulta de cada técnica
• Discute a forma como a informação poderá ser útil na resolução do problema
• Fornece exemplos de utilizações prévias da técnica
• Fornece orientações práticas acerca da forma como a técnica poderá ser adaptada aos problemas específicos
• Fornece formulários instrumentais para a recolhe de dados (sempre que tal seja adequado)
• Sugere a forma como se devem analisar os dados recolhidos através da utilização da técnica
• Demonstra a forma como se deve interpretar corretamente a informação e como apresentá-la com eficácia
• Alerta para os problemas éticos que possam surgir ao utilizar a técnica
• Discute as limitações da técnica quando usada pela polícia num projeto orientado para a resolução de problemas
• Fornece referências a fontes de informação mais detalhadas acerca da técnica

- *Indica quando a polícia deverá procurar a ajuda de peritos na utilização da técnica.*

Um conjunto extenso de literatura técnica e científica cobre cada técnica tratada nos guias instrumentos. Os guias têm a intenção de fornecer somente a informação necessária respeitante a cada técnica, permitindo à polícia, e a outros, utilizá-la no decurso da resolução de problemas. Na maioria dos casos, a informação recolhida durante um projeto de resolução de problemas não necessita de aguentar um rigoroso escrutínio científico. Sempre que a polícia necessitar de uma maior confiança nos dados, poderá ser necessária a ajuda de um perito para a utilização da técnica. Isto poderá ser encontrado nos departamentos de sociologia, de psicologia e de justiça criminal das universidades locais.

A informação necessária para um qualquer projeto poderá ser bastante diversa, pelo que, frequentemente, poderá ser necessário utilizar-se uma diversidade de técnicas de recolha de informações de forma a ir ao encontro dessas necessidades. De forma similar, uma diversidade de técnicas analíticas poderão ser necessárias para se analisar os dados recolhidos. A polícia e os analistas criminais poderão não estar familiarizados com algumas das técnicas, mas o esforço investido na aprendizagem da sua utilização poderá fazer a diferença para o sucesso de um projeto.

Agradecimentos

Os Guias Policiais Orientados para a Resolução de Problemas foram produzidos pelo Center for Problem-Oriented Policing, cujos responsáveis são Michael S. Scott (Diretor), Ronald V. Clarke e Graeme R. Newman (Diretores Adjuntos). Enquanto cada guia tem um autor original, outros membros da equipa de projeto, pertencentes aos quadros do COPS Office, e revisores anónimos contribuíram para cada guia propondo textos, recomendando estudos e dando sugestões no tocante ao formato e ao estilo dos mesmos.

A equipa de projeto que desenvolveu as séries de guias foi composta por Herman Goldstein (da University of Wisconsin Law School), por Ronald V. Clarke (da Rutgers University), por John E. Eck (da University of Cincinnati), por Michael S. Scott (da University of Wisconsin Law School), por Rana Sampson (Consultora Policial), e por Deborah Lamm Weisel (da North Carolina State University.)

Membros dos departamentos de polícia de San Diego, de National City, na Califórnia, e de Savannah, na Geórgia, fornecerem feedback quanto ao formato e ao estilo dos guias nos estádios iniciais do projeto.

Cynthia E. Pappas supervisionou o projeto para o COPS Office. As pesquisas para o guia foram realizadas na Criminal Justice Library da Rutgers University sob a direção de Phyllis Schultze. Stephen Lynch editou este guia.

Conteúdo

Acerca da Série de Instrumentos para Resolução de Problemas 5

Agradecimentos 7

Introdução 9

O que são Instalações de Risco? 10

Quão vulgarizadas são as Instalações de Risco? 12

De que forma difere o conceito de Instalações de Risco dos Hot-Spots e da Vitimização Reiterada? . . 14

De que forma o conceito de Instalações de Risco pode contribuir para os projetos de POP? 15

Como é que o risco pode ser medido? 17

Como é calculada a concentração dos riscos entre instalações? 20

Porque razão as instalações variam em termos de risco? 23

Como é que são identificados os fatores de risco para um determinado grupo de instalações? 29

Como é que o risco pode ser reduzido? 31

Notas finais 35

Referências 36

Acerca dos autores 39

Leituras recomendadas 40

Outros Guias Policiais Orientados para a Resolução de Problemas 42

Introdução

Em qualquer grande cidade, uma mão cheia de bares causam mais problemas à polícia que todos os restantes bares no seu conjunto. O mesmo é verdade no que toca a outros tipos de estabelecimentos, como escolas, lojas de conveniência, ou parques de estacionamento. Em cada caso, somente uns poucos contribuem para mais crimes, desordens e chamadas de serviço para a polícia que os restantes do mesmo grupo no seu conjunto. Este fenómeno – apelidado de "instalações de risco" – tem importantes implicações na maioria dos projetos de policiamento orientado para a resolução de problemas. Em particular, ele pode ajudar a polícia a focar as suas energias onde elas forem mais necessárias e pode ajudar a se escolherem as medidas preventivas mais adequadas. Este guia serve de introdução às instalações de risco e demonstra a forma como o conceito pode ajudar aos esforços de Policiamento Orientado para a resolução de Problemas (POP) ao providenciar resposta para as seguintes questões-chave:

1. *O que são instalações de risco?*
2. *De que forma estão distribuídas as instalações de risco?*
3. *De que forma o conceito de instalações de risco é diferente dos hot-spots e da vitimização reiterada?*
4. *De que forma o conceito de instalações de risco pode ajudar aos projetos de policiamento orientado à resolução de problemas?*
5. *Como é que o risco pode ser mensurado?*
6. *Como é que a concentração do risco, entre as instalações, é calculada?*
7. *Porque é que as instalações variam em termos de risco?*
8. *Como é que os fatores de risco são identificados num determinado grupo de instalações?*
9. *Como é que o risco pode ser reduzido?*

O que são Instalações de Risco?

Começamos com uma definição do que são instalações e fornecemos alguns exemplos. Seguidamente, discutimos o que são instalações de risco e explicamos a forma como este conceito se relaciona com outras teorias sobre a concentração da criminalidade.

Instalações

Instalações são locais com funções específicas, públicas ou privadas, como lojas, bares, restaurantes, parques de campismo e/ou caravanismo, paragens dos transportes públicos, blocos de apartamentos, piscinas municipais, locais com máquinas de multibanco, bibliotecas, hospitais, escolas, parques de estacionamento, estações ferroviárias, marinas, e centros comerciais.

As instalações diferem, em grande medida, relativamente aos crimes a que estão expostos. As instalações de saúde, por exemplo, são propensas a terem diferentes tipos e níveis de criminalidade que as instalações policiais. Ainda por cima, é provável que se verifique uma grande variação no seio de qualquer categoria abrangente de instalações. Por exemplo, embora ambas sejam instalações de cuidados de saúde, os consultórios de dentistas, provavelmente, apresentarão diferentes níveis e tipos de criminalidade que as urgências hospitalares. Uma vez que estas distinções são cruciais para o sucesso da análise às instalações de risco, torna-se importante começar por se definir cuidadosamente qual o tipo de instalações que irão ser analisadas; só então se deve proceder ao exame dos tipos e da frequência dos crimes que um tipo particular de instalação está a experienciar.

Instalações de Risco

Um importante princípio da prevenção criminal sustenta que o crime é altamente concentrado entre determinadas pessoas, locais e coisas; Como este princípio sugere, a incidência dos recursos sobre estas concentrações, provavelmente, renderá o máximo de benefícios preventivos. Este princípio deu origem a um conjunto de conceitos a ele relacionados que são rotineiramente utilizados pela polícia em projetos de resolução de problemas e que incluem:

- *Ofensores reiterados (indivíduos que cometem uma quantidade desproporcionada de crimes)*
- *Hot spots (áreas e locais onde ocorrem muitos crimes)*
- *Endereços repetidos (locais com muitos crimes – que também são uma forma de hot-spots)*
- *Vítimas reiteradas (indivíduos que sofrem uma série de crimes ao longo de um curto período de tempo)*
- *Produtos quentes (itens que são furtados com mais frequência que outros produtos).*

"Instalações de Risco" é uma outra teoria relativa à concentração do crime, recentemente descrita, e que é bastante promissora relativamente ao policiamento orientado para a resolução de problemas.[1] Esta teoria postula que somente uma pequena proporção de um tipo específico de instalações é responsável pela maioria dos crimes e dos problemas de desordem sofrido, ou causados, pelo grupo de instalações semelhantes no seu todo.

Em geral, cerca de 20% do total de um grupo é responsável por 80% dos problemas. Isto é conhecido como a regra dos 80/20: em teoria, 20% de um qualquer grupo de coisas em particular é responsável por 80% dos resultados que envolvem essas coisas.[2] A regra dos 80/20 não é caraterística exclusiva dos crimes e das desordens; aliás, é quase uma lei universal. Por exemplo, uma pequena proporção da superfície da Terra sustenta a maioria da vida existente no planeta; uma pequena proporção dos terramotos causam a maior parte dos danos; uma pequena quantidade de pessoas é detentora da maior parte da riqueza da Terra; uma pequena proporção dos agentes policiais é responsável pela maioria das detenções; e por aí fora. Na prática, claro está, a proporção nem sempre é exatamente 80/20; contudo, é sempre verdade que uma pequena percentagem de alguma coisa é responsável por uma grande percentagem de qualquer tipo de resultado que envolva esse grupo. Mais á frente, neste guia, demonstraremos a forma como se pode determinar até que ponto a regra dos 80/20 é verdadeira para um qualquer grupo particular de instalações.

A regra dos 80/20 pode servir de conjectura inicial: quando nos confrontamos com um problema, podemos partir do princípio que a maior parte dos problemas são criados por um conjunto de poucos indivíduos, locais, ou ocorrências. Embora esta primeira aproximação nem sempre seja correta ela é, provavelmente, com frequência, mais correta que partindo-se do princípio que o problema é ligeiramente espalhado entre indivíduos, locais, ou eventos. Uma análise cuidadosa poderá atestar até que ponto esta assunção inicial é correta.

Quão vulgarizadas são as Instalações de Risco?

O primeiro documento onde se discute o conceito de instalações de risco identificou perto de 40 estudos sobre tipos específicos de instalações os quais incluem dados acerca das variações nos riscos de crime, de desordem, ou de condutas impróprias.[3] aqueles estudos cobrem um amplo leque de instalações e muitos tipos diferentes de crime e de condutas desviantes, incluindo o roubo, o furto, as agressões e as simples incivilidades. Todos os estudos demonstram enormes variações de risco nas instalações estudadas e, em muitas delas, existem claras evidências de altas concentrações dos riscos que são consistentes com a definição de instalações de risco. § Seguem-se alguns exemplos:

- ***Lojas de conveniência.*** *Um inquérito nacional concluiu que 6.5% das lojas de conveniência dos EUA sofreram 65% de todos os roubos cometidos neste tipo de lojas.[4]*

- ***Bares e tabernas.*** *À volta de 30% das 1698 tabernas existents em Milwaukee, no Wisconsin, sofreram cerca de 80% dos incidentes violentos denunciados entre 1986 e 1990.[5] De forma similar, 3 dos 15 (20%) bares existentes em Shawnee, no Kansas, foram responsáveis por 62% de todas as chamadas de serviço feitas para a polícia entre 2002 e 2004.[6]*

- ***Bombas de combustível.*** *10% das bombas de combustível de Austin, no Texas, contaram para mais de 50% das chamadas para a polícia por abastecimentos e fuga sem pagar e por crimes ligados às drogas entre 1998 e 1999.[7]*

§ Nem todos os estudos fornecem provas claras de que uma pequena proporção das instalações seja responsável por uma grande proporção do crime, das desordens, ou das incivilidades. Em vez disso, alguns referem diferenças entre instalações no tocante aos números da criminalidade ou às suas taxas; por exemplo, Matthews, Pease, e Pease (2001) relataram que "4% dos bancos apresentaram taxas de roubo quarto a seis vezes superiores aos restantes bancos." Embora isto seja consistente com o conceito de instalações de risco, estes números não satisfazem uma das componentes-chave daquela definição: eles não demonstram que um pequeno número dos bancos de alto risco seja responsável por grande parte do problema dos roubos. Contudo, isto não quer dizer que o risco a que estão expostas as instalações estudadas não seja altamente distorcido. De facto, isto só significa que os dados não permitem que a distribuição dos riscos possa ser examinada.

- ***Escolas.*** *8% das escolas em Estocolmo, na Suécia, sofreram 50% dos crimes violentos denunciados em 1993 e 1994.[8] Num outro estudo, os pesquisadores concluíram que 18% das escolas de Merseyside, no noroeste da Inglaterra, contaram para 50% das chamadas para a polícia por causa de assaltos e de danos voluntários.[9]*

- ***Cabines telefónicas.*** *Um estudo de 1998 concluiu que 20% das chamadas falsas para os bombeiros, efetuadas a partir de cabines telefónicas em Merseyside, foram provenientes de somente 3% daqueles telefones públicos (33 telefones de um total de 1189).[10]*

- ***Percursos e paragens de autocarros de passageiros (bus).*** *Outro estudo, realizado em Merseyside, demonstrou que cerca de 4% dos percursos dos bus experienciaram 80% de todos os incidentes criminais denunciados como tendo ocorrido naqueles percursos e que cerca de 5% das paragens daqueles bus sofreram cerca de 30% de todo o vandalismo*

registado. De forma semelhante, um estudo feito a 38 paragens de bus localizadas no seio de uma das áreas de maior criminalidade de Los Angeles, na Califórnia, demonstrou que 20% daquelas paragens sofreram cerca de metade de toda a criminalidade que ocorreu em paragens de autocarro. [11]

- ***Lojas.*** *Um inquérito nacional levado a cabo em 2000 concluiu que 1% dos 4315 pequenos negócios da Austrália sofreram 66% de todos os crimes relatados naquele inquérito.* [12] *De forma similar, um estudo ao furto de artigos à venda (shoplifting) em 78 lojas de Danvers, no Massachusetts, concluiu que 20,3% daquelas lojas sofreram 84,9% de todos os incidentes daquele tipo de furto (ver Tabela 2).* [13]

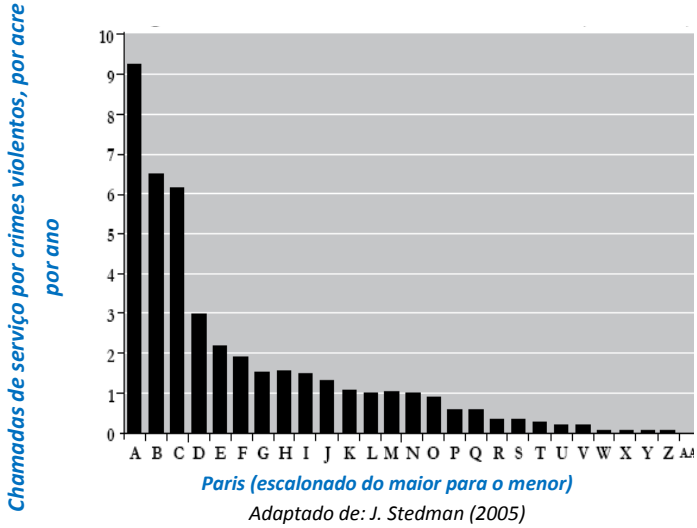
Embora os estudos desta lista sejam só uns poucos daqueles que demonstraram evidências do que se podem classificar como instalações de risco, tais resultados tornam claro que este tipo de concentração do crime é bastante disseminado.

John Eck

Um motel barato: O risco de crime varia bastante entre instalações do mesmo tipo.

Quando os analistas combinam o número dos crimes que ocorreram em cada instalação sob investigação, eles quase sempre criam um gráfico com uma linha em forma de jota (J). Isto pode ser visto no exemplo da Figura 1, baseado no trabalho dos analistas criminais de Chula Vista, na Califórnia. Naquele estudo, todos os parques de estacionamento com área superior a dois acres, existentes naquela cidade, foram escalonados do que apresentou mais crime (à esquerda) para o que teve menos crime. As alturas das barras demonstram o número de crimes em cada parque. Como se pode ver, três parques tiveram muito mais crime que quaisquer dos restantes e muitos parques tiveram muito pouco crime.

Figura 1: RISCOS CRIMINAIS NOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO DE CHULA VISTA (área superior a 2 acres)



Paris (escalonado do maior para o menor)

Adaptado de: J. Stedman (2005)

De que forma difere o conceito de Instalações de Risco dos Hot-Spots e da Vitimização Reiterada?

As instalações de risco podem surgir como hot-spots nos mapas criminais das cidades. De facto, são exemplos específicos bem conhecidos: os hospitais, as escolas e as estações de comboio. Mas, tratar simplesmente aquelas instalações como hot-spots leva-nos a perder uma importante oportunidade analítica: a de comparar as instalações de risco com outras instalações do mesmo género. Tal comparação pode-nos revelar diferenças importantes entre instalações que interessam quanto às diferenças de risco, logo fornecendo importantes indicadores para eventuais ações preventivas.

Acrescentando, as instalações de risco são por vezes tratadas como exemplos de vitimização reiterada. Contudo, isto poderá criar confusão quando não são as instalações que estão a ser vitimizadas, mas sim as pessoas que as utilizam. Por isso, uma taberna que repetidamente solicita a intervenção da polícia, devido a rixas entre os seus clientes, não a podemos encarar como sendo, ela própria, reiteradamente vitimizada, a não ser que, habitualmente, sofra danos no decurso daquelas rixas, ou que os seus empregados sejam vítimas habituais de agressão. Mesmo aqueles que participam nas rixas podem não ser vítimas reiteradas, já que, de cada vez, podem estar envolvidos diferentes clientes. De facto, podem até nem existir vítimas, de todo, como poderá ser no caso de ocorrências ligadas à droga, à prostituição, ou à venda de bens furtados. Contudo, apelidar uma taberna de vítima reiterada pode servir muito mais que para criar confusão, uma vez que isso poder-nos-á desviar a atenção do papel que uma fraca gestão da mesma, ou uma deficiente conceção dos interiores poderá desempenhar no despoletar das rixas. Ao distinguirmos separadamente os conceitos de vitimização reiterada e de instalações de risco, poderá ser possível determinar até que ponto, ou não, a vitimização reiterada contribui para a definição de uma instalação como sendo de risco e, consequentemente, para se conceberem respostas adequadas.

De que forma o conceito de Instalações de Risco pode contribuir para os Projetos de POP?

O conceito de instalações de risco poderá ser útil em dois tipos de projetos de policiamento:

- Em primeiro lugar, o conceito pode ser útil nos projetos de prevenção criminal que se focam numa classe de instalações em particular como, por exemplo, os complexos de apartamentos com rendas sociais, ou os parques de estacionamento das baixas das cidades. No estádio da identificação do problema, o objetivo é o de listar as instalações envolvidas juntamente com o respetivo número de ocorrências de forma a poder-se ver quais as instalações que estão a sofrer a maioria dos problemas e quais as que estão a sofrer menos. Isto, imediatamente, poderá sugerir-nos quais são alguns dos fatores contributivos para tal. Por exemplo, um estudo realizado aos furtos no interior de viaturas, ocorridos nas instalações dos parques de estacionamento existentes na baixa de Charlotte, na Carolina do Norte, revelou que o número de ofensas em cada um dos parques não estava relacionado, meramente, em função do respetivo tamanho.[14] Em vez disso, descobriu-se que algumas instalações pequenas haviam sofrido um grande número de furtos devido a algumas deficiências, bastante óbvias, em termos de segurança. Esta conclusão foi explorada com mais profundidade no estádio da análise, através da informatização das taxas correspondentes a cada instalação baseadas no seu número de lugares de estacionamento. Na análise, concluiu-se que o risco de furto era muito maior nos parques abertos que nos parques fechados, um facto que não era conhecido anteriormente. Análises subsequentes compararam os dispositivos de segurança existentes entre os parques abertos e os parques fechados e, então, entre os membros de cada categoria num esforço para se determinar quais os aspetos da segurança (por exemplo, os utentes, a iluminação, os vigilantes) que explicavam as variáveis. A análise orientará a escolha das medidas a serem introduzidas no estágio da resposta; e a implementá-las conforme o planeado (o que não foi o caso), o estágio da avaliação deveria ter examinado não, meramente, até que ponto as taxas de furto diminuíram de todo, mas até que ponto diminuiu a quantidade de instalações previamente consideradas em maior risco. Obviamente, este tipo de análise pode ser realizado no âmbito de qualquer grupo de instalações;

- Em segundo lugar, as análises às instalações de risco poderão ajudar aos esforços de prevenção criminal que se focam sobre uma instalação particularmente problemática. Neste tipo de análise, o estágio de identificação consiste na comparação dos problemas existentes numa determinada instalação com as instalações semelhantes existentes nas imediações. Por exemplo, num projeto que ganhou o prémio Herman Goldstein Award for Excellence in Problem-Oriented Policing em 2003, [15] a polícia em Oakland, na Califórnia, descobriu que um determinado motel havia sofrido perto de 10 vezes mais incidentes criminais que quaisquer dos outros motéis idênticos da mesma área. Embora, neste caso, a análise tenha convencido a polícia a tratar dos problemas do motel em questão, noutros casos a análise poderá vir a revelar que algumas outras instalações têm muito mais problemas que aquela que foi o foco de atenção inicial do projeto. A comparação da instalação a ser tratada pelo projeto com outros

membros do mesmo grupo, também, poderá vir a ser útil nos estágios da análise, da resposta e da avaliação descritos acima.

Como é que o risco pode ser medido?

Os dados relativos aos relatórios policiais e às chamadas de serviço são as fontes de informação privilegiadas acerca dos crimes e dos episódios de desordem mais comuns. Contudo, a utilização destes dados pode conduzir a erros se não se cuidar em confirmar alguns dos seguintes potenciais problemas. §

§ Muitos daqueles problemas relacionados com os dados também são encontrados ao estudarem-se os Hot-Spots e a Vitimização Reiterada. Para mais Informações ver o guia instrumento de resolução de problemas N.º 4, da autoria de Deborah Weisel, denominado " Analyzing Repeat Victimization.

1. Cifras negras. *Nem todas as ocorrências criminais e de desordem são denunciadas à polícia. De facto, as práticas de denúncia podem variar consideravelmente de instalação para instalação, o que poderá distorcer consideravelmente as estimativas sobre a concentração dos riscos. Por exemplo, uma instalação que denuncia sempre os crimes à polícia parecerá sofrer mais incidentes de vitimização que uma instalação semelhante que sofre uma quantidade idêntica de incidentes mas que denuncia menos à polícia. Estas distorções podem ser difíceis de descobrir, por isso é que é importante perguntar-se aos gestores das instalações acerca das suas práticas de denunciar, ou perguntar aos agentes da patrulha sobre até que ponto as taxas de criminalidade denunciada estão de acordo com as suas próprias perceções relativamente aos problemas criminais existentes nas instalações em questão. Nalguns casos, os registos administrativos mantidos pelas agências reguladoras, ou pelas próprias instalações, poderão ser mais precisas. Por exemplo, os registos das reparações devidas ao vandalismo mantidas pelas escolas, ou por outras instalações públicas, poderão ser mais precisas que os registos policiais do vandalismo. Contudo, aqueles registos administrativos poderão ser de difícil utilização para se poder fazer uma comparação entre instalações. Por vezes, poderá ser útil inquirir-se os gestores das instalações para se conseguir obter uma estimativa do número de incidentes e, ao mesmo tempo, para se recolherem informações acerca das suas práticas de gestão (ver abaixo). Contudo, os inquéritos podem ser dispendiosos e de difícil execução, mesmo que a intenção seja a de se recolherem informações indispensáveis.*

2. Correspondência entre endereços incompletos. *Ao utilizarem-se os registos policiais, por vezes, poderá ser difícil determinar-se até que ponto dois diferentes incidentes ocorreram na mesma instalação. Existem diversas razões para isso:*

a) *As Informações precisas sobre o endereço, por vezes, não estão disponíveis quando se tratam de instalações de grandes dimensões, como jardins públicos, parques de estacionamento, ou recintos desportivos;*
b) *Algumas instalações têm vários endereços, incluindo endereços em diferentes ruas;*
c) *A polícia, por vezes, regista o local das ofensas com sendo em cruzamentos ou entroncamentos, ou em bairros residenciais com inúmeros endereços, o que poderá tornar difícil determinar-se até que ponto um incidente ocorreu numa instalação em particular;*
d) *Por vezes, os dados da polícia não permitem distinguir entre os endereços residenciais e os comerciais, ou não permitem distinguir entre tipos de propriedade residencial, como sejam os blocos de apartamentos, ou as habitações unifamiliares.*

Os formulários de registo de incidentes e os relatórios policiais poderão ser revistos de forma a melhorarem a recolha de informações geográficas; ainda por cima, porque o aumento da utilização da geocodificação nos relatórios criminais, gradualmente, irá ajudar a resolver algumas daquelas dificuldades.

3. Locais de utilização mista. *Por vezes, as instalações encontram-se localizadas em edifícios com múltiplas utilizações. Por exemplo, alguns edifícios com estabelecimentos de venda a retalho no rés-do-chão têm apartamentos residenciais nos andares superiores; os hotéis não só dispõem de quartos para os clientes como, também, têm restaurantes e bares. Acrescentando, o uso de um mesmo local pode variar consoante a altura do dia e o dia da semana. Por exemplo, um edifício que funciona como local de culto aos domingos poderá acolher um centro de ajuda durante o dia, ou uma cantina para as pessoas pobres durante a semana. Embora possa ser difícil determinar-se que instalação é responsável por que crimes, tal distinção é crucial para se determinar que tipo de resposta se deve aplicar.*

4. Incidentes esporádicos. *Nos locais onde são comuns as ocorrências criminais e de desordem é relativamente fácil descrever-se a distribuição dos crimes por instalação. Contudo, isto poderá ser mais difícil no caso das ocorrências esporádicas, como os homicídios e as violações sexuais, porque as estimativas feitas a períodos de curta duração, provavelmente, não demonstrarão uma distribuição dos crimes percetível que, numa variável aleatória mais abrangente, poderia ser distinta. Como consequência, poderá ser necessário analisarem-se os dados referentes a muitos anos antes que surjam padrões significativos aparentes.*

5. Períodos de longa duração. *Estudar as instalações ao longo de períodos alargados de tempo poderá produzir resultados que possam ser confundidos com as alterações que venham a surgir nas próprias instalações; por exemplo, algumas podem deixar de laborar, outras podem começar a funcionar com outros negócios e, ainda outras, podem vir a sofrer alterações, tanto físicas como de gestão.*

6. Instalações sem ocorrências. *As instalações que não sofrem de quaisquer das ocorrências em questão podem-se tornar invisíveis, no caso dos dados policiais serem a única fonte de informação, uma vez que os dados policiais só indicam os locais com uma ou mais ocorrências. Excluir estas instalações pode vir a distorcer a avaliação à regra dos 80/20. Se uma autoridade reguladora licenciar as instalações sob estudo (por exemplo, locais que servem álcool), então os dados da agência reguladora poderão ser comparados com os dados da polícia para se poder fazer uma estimativa do número de instalações que não sofrem ocorrências. Lembremo-nos, contudo, que poderá ser difícil contabilizar-se, com precisão, as instalações que não estão sujeitas a qualquer forma de registo numa qualquer entidade oficial.*

7. Tipo de Instalações em número reduzido. *Algumas instalações são mais comuns que outras. Numa cidade de tamanho moderado, por exemplo, existirão poucos hospitais. No caso de existirem pelo menos duas instalações é provável que uma esteja sujeita a mais ocorrências que a outra. Embora isto possa ter algumas consequências muito concretas, a população poderá ser demasiado pequena para se poderem fazer comparações com significado. Em tais casos, a análise dos dados provenientes da região mais alargada poderá ser mais produtiva.*

8. Variação aleatória. *É possível encontrarem-se concentrações aleatórias de crime, embora isto possa ocorrer com mais probabilidade quando poucas instalações com poucos incidentes estão a ser examinadas. Em tais casos, poderemos verificar o que se passa com uma mesma instalação num período de tempo diferente. Se o nível de ocorrências for o mesmo em ambos os períodos, então é provável que a variação não seja aleatória. A Caixa 1 fornece um exemplo disso.*

§ Os coeficientes correlacionados podem ser calculados com bastante simplicidade através de uma folha em Excel.

Caixa 1: Testando a variação aleatória no risco

Um estudo realizado em 1964, na Inglaterra, descobriu que as taxas de abandono escolar dos internados em 17 escolas de formação dedicadas a jovens delinquentes do sexo masculino oscilavam entre 10% e 75%. Para determinarem até que ponto esta variação era aleatória, os pesquisadores reexaminaram as taxas de abandono dois anos após (1966) para ver se a variação seria mais ou menos a mesma. Eles acabaram por descobrir que, de longe, a variação era consistente entre os dois anos. Por exemplo, a Escola 1 teve a taxa de abandono mais baixa e a Escola 17 teve a taxa mais alta em ambos os anos (ver a tabela abaixo). De facto, a correlação foi de 0.65 entre os dois anos. § Porque a variação foi relativamente estável e porque muito poucos rapazes teriam estado internados em ambos os anos, os pesquisadores determinaram que a variação foi devida, provavelmente, a diferentes práticas de gestão e não devido às diferenças entre as populações de alunos.

Escola de Formação	*Taxa de Abandono*	
	1964	***1966***
1	*10%*	*10%*
2	*13%*	*38%*
3	*14%*	*14%*
4	*21%*	*18%*
5	*21%*	*23%*
6	*22%*	*14%*
7	*22%*	*21%*
8	*24%*	*29%*
9	*25%*	*33%*
10	*26%*	*37%*
11	*27%*	*25%*
12	*28%*	*47%*
13	*29%*	*45%*
14	*32%*	*43%*
15	*34%*	*26%*
16	*46%*	*27%*
17	*75%*	*50%*

Fonte: Clarke e Martin (1975)

Como é calculada a concentração do risco entre instalações?

Assim que seja obtida uma medição satisfatória dos incidentes problemáticos relativos a um grupo definido de instalações, os seguintes procedimentos em seis passos poderão ser usados para se determinar até que ponto se pode aplicar a regra dos 80/20:

1. *Listar as instalações, juntamente com uma contagem do número das ocorrências mais relevantes (por exemplo, furtos, ofensas corporais, chamadas de serviço) em cada instalação. Devemos ter em mente que é importante verificar-se cada instalação da lista pertence ao tipo que está a ser investigado e se cada crime atribuído a cada uma das instalações ocorreu, de facto, nessa instalação. (Ver a Caixa 2 para uma discussão da necessidade da criação daquela lista e da verificação do seu conteúdo.)*

2. *Classificar as instalações, de acordo com o número de incidentes associados a cada qual, da com maior número para a com a com menor número. (A Tabela 1, na pág. 22, é uma lista de hipotéticos pubs, juntamente com o número associado de agressões denunciadas.) § Deveremos determinar até que ponto existe algo que diferencie as instalações do topo da lista daquelas situadas no meio, ou das que estão no final da mesma. Por exemplo, será que os pubs do final da lista organizam eventos noturnos populares entre os jovens? Estarão eles situados em zonas de diversão noturna da baixa da cidade? Serão eles propriedade da mesma firma? Se sim, as similaridades existentes entre eles poderão estar a contribuir para o problema. Se existirem diferenças, claras e óbvias, então devemos dividir esta lista em categorias que sejam significativas, com listas classificativas separadas por categoria. Cada categoria poderá colocar problemas distintos. Para cada categoria, continua-se com o Passo 3. (Dado que, para este exemplo, se assume que não existem diferenças importantes.)*

   § Reproduzido sob permissão de Clarke e Eck (2003).

3. *Calcular a percentagem das ocorrências com que cada instalação contribui. Por exemplo, na Tabela 1, existe um total de 121 agressões. O primeiro pub, denominado "White Hart", contribuiu com 31 delas. Por isso, o White Hart contabiliza, em 25.6%, para o problema. A terceira coluna demonstra as percentagens.*

4. *Acumular as percentagens, começando com a instalação mais em risco. Isto demonstra a proporção de ocorrências associadas a cada percentual (por exemplo, os piores 10%, os piores 20%, e por aí fora, até 100%). A quarta coluna demonstra aquilo que é chamado de percentagem cumulativa; isto é, as percentagens da terceira coluna são adicionadas, começando pela White Hart e descendo.*

5. *Calcular a proporção que cada instalação singular representa no conjunto das instalações. No nosso exemplo, existem 30 pubs, logo cada um deles representa 3.3% de todos os pubs. Então, acumula-se aquelas percentagens na mesma direção da do Passo 4 (do topo para baixo, na coluna 5).*

6. *Comparar a percentagem cumulativa das instalações (coluna 5) com a percentagem cumulativa das ocorrências (coluna 4). Isto demonstra o quanto as instalações mais em risco contribuem para a generalidade do problema.*

Caixa 2: Definindo e listando as instalações

De forma a analisarem-se as concentrações do crime é necessário, em primeiro lugar, definir-se o tipo de instalação a ser examinada; só então é possível criar-se uma lista de instalações que vá ao encontro dessa definição. Idealmente, todos os locais que se enquadram na definição e que se situam na área do estudo constarão da lista uma única vez. As instalações que não se enquadram na definição não constarão da lista. Quanto mais longe de este ideal partir a lista, tanto mais probabilidades existem de que os resultados venham a ser enganadores.

Identificar todas as instalações, de um tipo particular, de uma dada área, poderá ser problemático: não só porque, por vezes, poderá ser difícil desenvolver-se uma definição do tipo de instalação em questão, para se poder trabalhar adequadamente, mas porque os problemas também poderão surgir no que toca aos dados relativos às práticas de gestão dos organismos públicos e privados mais relevantes.

Aqui está um exemplo da criação de uma lista de instalações que ilustra aqueles pontos. Uma equipa de pesquisa da Universidade de Cincinnati, no Ohio, pretendeu determinar porque razão alguns bares apresentavam inúmeros incidentes violentos, enquanto a maioria dos outros não haviam tido nenhuns, ou somente muito poucos, incidentes. Para fazer isto, eles precisaram de uma definição do que seria considerado como "bar" e de uma lista das instalações que se enquadravam nesta definição.

Os pesquisadores definiram como "bar" os locais que iam ao encontro de quarto condições: (1) tinham que estar abertos ao público em geral, em vez de serem de acesso restrito a membros, ou arrendados para a realização de festas particulares; (2) tinham que servir bebidas alcoólicas para consumo no local; (3) alguns clientes tinham que se deslocar ao local com o propósito primário de consumir álcool; e (4) teria que existir uma área física, no interior das instalações, própria a servir de zona de consumo de bebidas. Os locais que não iam ao encontro de todos estes quarto requisitos foram excluídos do estudo.

Para obterem uma lista dos locais com as caraterísticas desta definição, os pesquisadores começaram por consultar os registos da Ohio Division of Liquor Control. Aqueles registos demonstraram que 633 locais, existentes no interior dos limites da cidade, encontravam-se licenciados para servir as chamadas bebidas brancas. Baseados nos seus conhecimentos pessoais, os pesquisadores foram capazes de excluir uma quantidade de locais, por não cumprirem com aquelas considerações, reduzindo a lista para 391 bares possíveis de serem tidos em conta. Para isolar os verdadeiros bares, os mesmos, então, compararam os locais restantes com o mais recente guia dos bares da cidade, publicado num tablóide semanal destinado à população de jovens adultos, o qual continha uma breve descrição escrita dos locais e inúmeros anúncios comerciais. A informação daquele tablóide revelou que, pelo menos, 198 dos 391 locais enquadravam-se na definição utilizada. Contudo, a lista do tablóide era incompleta, assim como era desconhecido o número dos bares da cidade que não foram revistos pelo pessoal daquele semanário. Uma conferência feita às Páginas Amarelas online veio a revelar a existência de mais alguns bares. As organizações fraternais privadas não foram tidas em consideração sendo eliminadas, uma vez que não estavam abertas ao público em geral. Para a maioria dos restantes locais, os estudiosos telefonaram ou visitaram os locais, examinando as condições físicas dos mesmos e entrevistaram os donos e os empregados. As visitas aos locais revelaram que diversos restaurantes tinham áreas que se pareciam com bares, mas estes foram eventualmente eliminados quando se tornou claro, pelas entrevistas, que os mesmos eram mais decorativos que funcionais, ou que eram utilizados para outros propósitos (por exemplo, para despachar os pedidos dos clientes, ou para fornecer mais lugares sentados para os clientes comerem quando a casa estava cheia). Por último, os estudiosos identificaram 264 instalações que se enquadravam na definição de bar. Então, estes passaram a ser os objetos de estudo.

Tabela 1:

A distribuição das 121 Agressões em 30 Pubs

	N.º de Agressões	% Agressões	% Cumulativa das Agressões	% Cumulativa dos Pubs
White Hart	31	25.6	25.6	3.3
Union	17	14.0	39.7	6.7
Feathers	13	10.7	50.4	10.0
Wellington	11	9.1	59.5	13.3
Black Prince	8	6.6	66.1	16.7
Angel	7	5.8	71.9	20.0
George & Dragon	6	5.0	76.9	23.3
Cross Keys	6	5.0	81.8	26.7
Saracen's Head	4	3.3	85.1	30.0
White Bear	4	3.3	88.4	36.7
Mason's Arms	3	2.5	90.9	40.0
Cock	3	2.5	93.4	43.3
Badger	3	2.5	95.9	46.7
Hare & Hounds	1	0.8	96.7	50.0
Red Lion	1	0.8	97.5	53.3
Royal Oak	1	0.8	98.3	56.7
George	1	0.8	99.2	60.0
Cross Hands	1	0.8	100	63.3
Rose & Crown	0	0	100	66.7
King's Arms	0	0	100	70.0
Star	0	0	100	73.3
Mitre	0	0	100	76.7
Dog and Fox	0	0	100	80.0
Griffin	0	0	100	83.3
Plough	0	0	100	86.7
Queen's Head	0	0	100	90.0
White Horse	0	0	100	93.3
Bull	0	0	100	96.7
Swan	0	0	100	100
Black Bear	0	0	100	100

Porque razão as instalações variam em termos dos riscos?

Uma vez que não existe uma única razão para o facto de as instalações variarem em termos de risco, torna-se importante determinar-se quais as razões que levam as instalações a encontrarem-se em risco, em cada caso particular. Seguem-se as mais importantes fontes de variabilidade aos riscos:

1. ***Variável em termos de tamanho.*** *As instalações do mesmo tipo genérico podem variar de forma notável em termos de tamanho; apesar de em muitas coisas serem iguais, poderemos esperar que instalações maiores venha a registar mais incidentes problemáticos que as instalações mais pequenas. Claro está que examinarem-se as variáveis em termos do número de incidentes sem se controlar a questão do tamanho pode, por vezes, ser importante. Por exemplo, se procuramos descobrir, na fase da identificação, se a maioria dos incidentes ocorreram, somente, num número pequeno de instalações, sem nos preocuparmos com o respetivo tamanho, deveremos saber onde concentrar os nossos esforços de maneira a provocar a máxima redução do problema no seu conjunto. Contudo, durante algumas análises, poderá ser importante controlar-se o tamanho. Existem várias maneiras para se estimar o tamanho das instalações. Por exemplo, a área em metros quadrados (m^2) poderá ser adequado quando se trata de jardins e de parques, o número de lugares relativamente aos parques de estacionamento, o comprimento das prateleiras nas lojas de self-service, o número de alunos quando falamos de escolas, o número de quartos ou as taxas de ocupação relativamente a hotéis e motéis, e por aí fora. Um exemplo deste tipo de análise vem de um estudo ao furto de artigos à venda (shoplifting) realizado em Danvers, no Massachusetts. A loja com mais ocorrências de furto de Danvers era uma das maiores da cidade. Mas isto não era tudo, uma vez que quando o seu tamanho foi tido em consideração, ao se calcular o número de incidentes de furto por 1.000 pés quadrados (ver a coluna final da Tabela 2), a loja que parecia estar em maior risco acabou por se transformar na 15.ª da lista, isto antes do resultado ter sido corrigido no tocante ao tamanho.*

   Infelizmente, nem sempre é fácil obterem-se os dados necessários para se fazerem correções no tocante ao tamanho das instalações sob estudo. Por exemplo, um estudo realizado aos furtos em parques de estacionamento da baixa de Charlotte, na Carolina do Norte, encontrou dificuldades quando a autarquia foi incapaz de fornecer dados acerca do número de lugares existentes em cada um dos parques.[16] *Como resultado, os agentes da polícia tiveram que visitar cada um dos parques para contar o número de lugares, um por um.*

Tabela 2
Furtos registados por loja, em Danvers, no Massachusetts
Outubro de 2003 a Setembro de 2004

Loja	Furtos	% dos furtos	% Cumulativa dos furtos	% Cumulativa das lojas	Furtos por 1000 Pés²
1	78	26.2	26.2	1.3	1.54
2	42	14.1	40.3	2.6	0.70
3	28	9.4	49.7	3.8	0.22
4	16	5.4	55.0	5.1	0.24
5	15	5.0	60.1	6.4	0.28
6	12	4.0	64.1	7.7	0.31
7	11	3.7	67.8	9.0	0.09
8	11	3.7	71.5	10.3	0.16
9	9	3.0	74.5	11.5	0.28
10	7	2.3	76.8	12.8	2.82
11	5	1.7	78.5	14.1	0.16
12	5	1.7	80.2	15.4	0.10
13	4	1.3	81.5	16.7	0.35
14	4	1.3	82.9	17.9	0.12
15	3	1.0	83.9	19.2	3.32
16	3	1.0	84.9	20.5	0.90
17	3	1.0	85.9	21.8	0.02
7 Lojas com 2 incidentes	14	4.7	90.6	30.8	0.08
28 Lojas com 1 incidente	28	9.4	100.0	66.7	0.06
26 Lojas com 0 incidentes	0	0.0	100.0	100.0	0.00
Total de lojas = 78	298	100.0	100.0	100.0	0.15

2. ***Produtos quentes.*** *Uma instalação de risco que não tenha grande número de alvos (produtos) poderá ter alvos que são particularmente apetecíveis para os amigos do alheio. Por exemplo, a loja 15 na Tabela 2, que apresenta a maior taxa de furtos de artigos à venda na cidade por 1000 pés², especializada na venda de pequenos artigos eletrónicos mas são de grande valor, que vão ao encontro dos critérios CRAVED (isto é, que são Concealable (facilmente dissimulados), Removable (removíveis), Available (disponíveis), Valuable (valiosos), Enjoyable (agradáveis), e Disposable (vendáveis/descartáveis).* §

§ Ver Clarke, Ronald (1999), "Hot Products". Editado através da Police Research Series. Paper 112. London: Home Office. (Disponível em www.popcenter.org)

3. ***Localização.*** *Ter em atenção a localização só faz sentido se as instalações que estão localizadas em áreas de grande criminalidade tiverem, também, probabilidade de se encontrarem sob grande risco de serem criminalmente vitimizadas. Contudo, a razão de ser disto tem sido objeto de muito debate. Uma teoria sustenta que os ofensores habituais têm tendência a viver em áreas de grande criminalidade e que, os mesmos, preferem não viajar para muito longe de onde vivem para cometerem os seus crimes. Uma forma de se testar esta teoria é estudando as instalações que se encontram bastante próximas umas das outras. Se todas as instalações similares da mesma zona apresentarem níveis semelhantes de criminalidade, mas se os níveis de criminalidade das instalações dessa zona forem diferentes de outras instalações semelhantes de outra zona, então a proximidade dos ofensores poderá ser a explicação. Contudo, se os níveis de criminalidade das instalações*

semelhantes variarem no seio da mesma zona, ou se os níveis de criminalidade forem semelhantes ao longo de toda a mesma zona, então faremos bem se procurarmos uma causa diferente. Outra forma de se testar esta teoria seria a de se analisar os endereços dos ofensores que cometem crimes naquelas instalações: no caso daqueles que cometem crimes nas instalações sob maior risco viverem perto das mesmas, então a localização poderá explicar o incremento do risco de vitimização; e, ao contrário, poderemos esperar que aqueles que cometem ofensas em instalações de baixo risco venham a ter que viajar uma distância maior para o fazer. Por outro lado, se os ofensores viajam mais ou menos a mesma distância para cometer os seus crimes, em ambos os tipos de instalações, ou se não surgir nenhum tipo de padrão claro, então é provável que a proximidade da população ofensora aos potenciais alvos não seja uma explicação útil. Por exemplo, quando o Departamento da Polícia de Chula Vista investigou as localizações dos motéis chegou à conclusão que todos eles – com muito e com pouco crime – se encontravam localizados em áreas de grande criminalidade.[17]

4. ***Vitimização reiterada.*** *Uma vez que alguns locais atraem pessoas que são particularmente vulneráveis ao crime, poderá ser útil, por vezes, compararem-se os indivíduos que foram vitimizados em instalações de risco e em instalações sem qualquer risco. Se as taxas de revitimização forem diferentes, então a vitimização reiterada poderá ser causada pelo risco acrescido. Por outro lado, as instalações que servem populações diferentes, com diferentes vulnerabilidades, poderão, elas próprias, variar em termos de risco. Por exemplo, um edifício de apartamentos com grande volume de pedidos de intervenção policial por violência doméstica poderá ter muitas habitações onde se regista violência doméstica reiterada, enquanto num edifício com poucas chamadas poderão não existir quaisquer incidentes de violência doméstica reiterada.*

5. ***Atraentes de crime.*** *As instalações que atraem grande número de ofensores constituem-se como atraentes do crime. Os atraentes do crime congregam grande número de ofensores e altas taxas de ofensas. Por exemplo, alguns bares têm a reputação de atraírem multidões desordeiras; alguns incluem, mesmo, esta habilidade para atraírem multidões turbulentas nos seus anúncios. Tais instalações têm a probabilidade de apresentarem altas taxas de vitimização. Por exemplo, uma investigação realizada aos locais de tráfico de droga em Cincinnati, no Ohio, sugeriu que algumas mercearias situadas em esquinas e cruzamentos estimulavam o tráfico de droga de diversas formas, logo atraíam ofensores.*[18] *As avaliações de diagnóstico poderão envolver a análise dos registos das detenções e outras informações contendo os nomes de ofensores.*

6. ***Fraca conceção e disposição do mobiliário/equipamentos.*** *Para qualquer grupo de instalações, existem importantes caraterísticas concetuais que poderão melhorar a segurança. Por exemplo, os utentes dos caixas multibanco terão menos probabilidades de serem roubados se as máquinas estiverem localizadas em vestíbulos fechados que obriguem à utilização do cartão de crédito para ali entrar, se o vestíbulo for envidraçado, se tiver câmaras de vigilância instaladas, e por aí fora.* § *De forma similar, existem*

§ *Ver o Guia para Problemas Específicos N.º8 da autoria de Mike Scott, denominado "Robbery at Automated Teller Machines" (Washington, D.C.: Office of Community Oriented Policing Services, U.S. Department of Justice, 2001).*

diversas medidas concetuais normalizadas que podem ajudar a reduzir o número de furtos de artigos à venda (shoplifting), incluindo a redução do número de saídas das lojas, a eliminação de ângulos cegos e rebaixados, a criação de claras linhas de visão e corredores, a redução da altura dos mostruários e das prateleiras, a colocação dos artigos afastados das saídas e a colocação cuidadosa de espelhos e da iluminação. § *Quando as diretrizes de conceção não são seguidas, os riscos da ocorrência de crimes aumentam.*

§ Ver o Guia para Problemas Específicos N.º 11, da autoria de Ronald Clarke, denominado "Shoplifting" (Washington, D.C.: Office of Community Oriented Policing Services, U.S. Department of Justice, 2002).

7. ***Fraca gestão.*** *Quando a gerência não exerce um controlo adequado sobre o seu estabelecimento, o mesmo pode evoluir para instalação de risco. Se as instalações com altos índices de crime tiverem poucas regras, uma vigilância relaxada, fraca segurança, ou outras caraterísticas, ou omissões que ajudem os ofensores a detetar os alvos, a cometer os crimes e a conseguirem fugir, então uma fraca gestão poderá ser um fator importante a ter em consideração nas taxas de vitimização. De forma semelhante, se as instalações com altos níveis de crime tiverem muitos alvos, ou tiverem alvos altamente apetecíveis (seja porque são produtos quentes ou vitimas reiteradas), mas onde os gestores falham em melhorar a proteção dos alvos, a gestão dos estabelecimentos deverá assumir alguma da responsabilidade sobre o problema criminal. O importante papel da gerência é ilustrado na Caixa 3, a qual demonstra a forma como o crime aumentou bastante em determinados edifícios de apartamentos de aluguer após terem sido adquiridos por um senhorio com má fama.*

John Eck

Um aviso sobre a reserva de admissão colocado no exterior de um bar: a forma como a gerência condiciona as condutas dos clientes pode ter uma grande influência sobre os riscos de crime.

Caixa 3: Senhorios, Crime em Apartamentos de Rendas Baixas e Bairros Degradados

Em qualquer grande cidade, uns poucos edifícios de apartamentos de rendas baixas obrigam a extraordinários esforços por parte da polícia, em termos de tempo e de recursos. Aquelas "instalações de risco" são frequentemente propriedade de senhorios individuais – muitas vezes senhorios sem escrúpulos que adquirem propriedades em bairros habitados por gente pobre e que só fazem o mínimo de investimentos necessários na sua gestão e manutenção. Os serviços dos edifícios deterioram-se, os inquilinos respeitáveis mudam-se para outros lugares, e as habitações vagas são ocupadas por inquilinos menos respeitáveis – traficantes de droga, chulos e prostitutas – os quais podem pagar as rendas, mas que não passariam numa eventual conferência aos antecedentes criminais que fosse realizada por uma gerência mais responsável. No decurso de um projeto de policiamento orientado para a resolução de problemas, levado a efeito em Santa Barbara, na Califórnia, os agentes policiais Kim Frylsie e Mike Apsland analisaram as detenções realizadas em 14 edifícios de apartamentos propriedade do mesmo senhorio, antes e após este os ter adquirido. A tabela abaixo, claramente, demonstra um grande aumento no número de pessoas detidas naquelas propriedades nos anos imediatos à sua compra. Igualmente, surgiram algumas evidências de que o aumento do crime e das desordens naquelas propriedades extravasaram indo infestar outros edifícios de apartamentos vizinhos – uma conclusão que vem apoiar a crença generalizada de que os senhorios contribuem para a degradação dos bairros.

Propriedade	*Ano de Aquisição*	*Nº. de Unidades*	*Média Pré-Compra*	*Detenções Anuais Pós-Compra*
1	*1977*	*4*	*0*	*1.6*
2	*1982*	*15*	*0*	*16.9*
3	*1983*	*8*	*0*	*2.3*
4	*1985*	*8*	*0*	*4.5*
5	*1985*	*10*	*0.1*	*6*
6	*1986*	*16*	*0.2*	*27.9*
7	*1986*	*6/8*	*0*	*3.4*
8	*1987*	*5*	*0*	*8.3*
9	*1987*	*12*	*0*	*11.3*
10	*1988*	*6*	*0.4*	*8.1*
11	*1991*	*10*	*0.2*	*9.3*
12	*1991*	*10+*	*2.3*	*21.8*
13	*1992*	*4+*	*1.1*	*0.7*
14	*1992*	*4*	*0.2*	*10.7*

Fonte: Clarke, Ronald e Gisela Bichler-Robertson (1998). "Place Managers, Slumlords and Crime in Low Rent Apartment Buildings". Security Journal, 11: 11-19.

Tabela 3
Respostas às Instalações de Risco

Causa	*Descrição*	*Respostas*
Tamanho	*As instalações são de grandes dimensões e atraem muitos utentes, alguns dos quais vêm a ser vítimas.*	*Se o número de crimes por utente for muito reduzido se comparado com outras instalações, então uma opção é não se fazer nada. Em alternativa, pode-se identificar aquelas com mais probabilidade de virem a ser vítimas e as circunstâncias ligadas à sua vitimização e, então, focarmo-nos sobre as mesmas instalações e circunstâncias.*
Produtos quentes	*As instalações contêm um grande número de coisas que são particularmente vulneráveis ao furto e ao vandalismo.*	*Remover os produtos quentes. Fornecer proteção adicional aos produtos quentes.*
Local	*As instalações poderão encontrar-se localizadas em áreas de grande proximidade com os ofensores.*	*Contratar vigilantes adicionais. Adequar as práticas de gestão às particularidades da área.*
Vítimas reiteradas	*As instalações contêm poucas vítimas mas que estão envolvidas numa grande percentagem de crimes.*	*Prover as vítimas da informação ou das ajudas que as mesmas necessitem para alterar os seus comportamentos que levam a reduzir as suas probabilidades de virem a ser vitimizadas. Fornecer Informações ou proteção às vítimas para que elas não sejam de novo vitimizadas.*
Atraentes de crime	*As instalações atraem muitos ofensores ou uns poucos ofensores com altas taxas de ofensas.*	*Afastar os ofensores através do policiamento e sua incapacitação ou reabilitação. Negar o acesso aos ofensores reiterados.*
Fraca conceção	*A disposição física do mobiliário/equipamentos facilita as ofensas, as recompensas ou induzem os riscos.*	*Alterar a disposição física em conformidade com a Prevenção Criminal Pela Conceção Ambiental (PCPCA – CPTED no original). §*
Fraca gestão	*As práticas ou os processos de gestão permitem ou estimulam as ofensas.*	*Alterar os procedimentos de gestão, prestando particular atenção às práticas que influenciam a vitimização reiterada.*

§ Para Informações adicionais sobre os princípios da PCPCA (CPTED no original), ver o Guia de Resposta n.º 6 denominado "Using Crime Prevention through Environmental Design".

De que forma são identificados os fatores de risco para um determinado grupo de instalações?

Não existe uma única razão que explique o porquê de algumas instalações sofrerem muito mais crimes que outras instalações do mesmo tipo. Em vez disso, uma explicação completa, por norma, envolve uma combinação dos sete fatores abordados acima; contudo, não nos devemos esquecer que a contribuição relativa de cada um deles varia de caso para caso. Em muitos dos projetos orientados para a resolução de problemas poderá não ser possível explicar-se, totalmente, as variações de risco existentes entre instalações, muito devido a que tal análise é, habitualmente, somente possível após uma investigação detalhada que levará semanas ou meses a concluir. Contudo, é habitualmente possível fazer-se uma ideia da forma como cada um daqueles fatores contribui para o problema ao compararem-se as instalações com taxas de crime altas e baixas. Previamente, explicamos a maneira de como fazer isto quando abordamos as diferentes formas de testarmos a influência do local, dos produtos quentes, da vitimização repetida e dos atraentes do crime. Nalguns casos, os dados quantitativos são rapidamente disponibilizados, como os relativos ao tamanho das instalações. Noutros casos, poderá ser necessário fazer-se um inquérito junto das instalações para se poder descobrir informações relevantes. Por exemplo, no projeto mencionado acima, que se focou sobre os furtos no interior de viaturas nas instalações de parqueamento existentes na baixa de Charlotte, a polícia efetuou um inquérito junto dos parques para recolher informações sobre os horários de funcionamento, os utentes, as cercas, a iluminação e sobre outras medidas de segurança. Isto forneceu muitas ideias para reduzir o crime nas instalações sob maior risco. Num outro estudo realizado também em Charlotte, um inquérito policial descobriu que o furto de eletrodomésticos em habitações em construção era muito mais baixo quando os construtores adiavam a sua instalação até que as habitações estivessem prontas a habitar.[19]

As observações diretas e as conversas com os gestores e com os agentes policiais familiarizados com as instalações (ver Caixa 4) puderam render valiosas reflexões sobre as razões das variações em termos de risco existentes entre instalações. Acrescentando, as entrevistas a ofensores detidos podem revelar a forma como os mesmos avaliam as dificuldades, as recompensas e os riscos de atacarem as instalações no exemplo. [§] *De forma idêntica, as entrevistas às vítimas – particularmente às vítimas reiteradas – podem ser bastante esclarecedoras.*

§ Ver o Guia Instrumento de Resolução de Problemas N.º 3, da autoria de Scott Decker, denominado "Using Offender Interviews to Inform Police Problem Solving" (Washington, D.C.: Office of Community Oriented Policing Services, 2005).

Caixa 4: Identificar os locais de tráfico de droga em complexos de apartamentos privados

Em Newark, na Nova Jersey, um projeto custeado pelo U.S. Department of Justice Office of Community Oriented Policing Services (o COPS Office) focou-se sobre o tráfico de droga existente em complexos de apartamentos de rendas baixas.[20] Durante a fase da identificação, foram identificados 22 possíveis locais para intervenção (de um total de 506 complexos de apartamentos privados) através de uma análise aos dados policiais e das entrevistas aos agentes policiais da Safer Cities Task Force e da Unidade de Investigações Especiais do Departamento da Polícia de Newark. Entrevistas subsequentes realizadas aos comandantes das esquadras revelaram um problema especial existente em quatro complexos de apartamentos localizados próximo das entradas e saídas da auto-estrada interestadual 78, o que estava a permitir o fácil acesso aos mercados de droga a compradores de fora da cidade. Os compradores podiam entrar rapidamente na cidade, por breves momentos, adquiriam a droga naqueles complexos, davam meia-volta e saíam rapidamente da cidade. As autoridades implementaram um plano de gestão do tráfego que acabou com a inversão de marcha naqueles locais, ao criar ruas de sentido único e ruas sem saída. O plano de tráfego foi reforçado com uma intensificação da fiscalização aos quatro locais e veio a ser incluído num projeto a longo prazo implementado pelo estado que levou à reconstrução das rampas de acesso do tráfego que foram afastadas das áreas residenciais.

A nossa capacidade para compreender as razões das variações em termos de risco poderá ser grandemente ajudada se existir um Guia Orientado para a Resolução de Problemas que lide com as instalações que sejam o foco do nosso próprio projeto. Embora ele não nos diga quais os fatores que são importantes para a análise da nossa amostra, ele dar-nos-á sugestões mais específicas que as que foram fornecidas na descrição genérica acima.

Em junho de 2006, existiam dez guias que se focavam sobre os problemas existentes no seio de tipos específicos de instalações: §

§ Novos guias estão constantemente a ser adicionados; uma lista daqueles que ainda estão em preparação está disponível em www.popcenter.org.

- *Assaults in and Around Bars (N.º. 1), já traduzido para português como "Agressões nos Bares e nas suas Imediações"*
- *Drug Dealing in Privately Owned Apartment Complexes (N.º 4)*
- *Robbery at Automated Teller Machines (N.º 8)*
- *Thefts of and From Cars in Parking Facilities (N.º 10)*
- *Shoplifting (N.º 11)*
- *Bullying in Schools (N.º 12), já traduzido para português como "Bullying nas Escolas"*
- *Burglary of Retail Establishments (N.º 15), já traduzido para português como "Os Assaltos às Lojas de Venda a retalho"*
- *Disorder at Budget Motels (N.º 30)*
- *Bomb Threats in Schools (N.º 32)*
- *School Vandalism and Break-Ins (N.º35)*

De que forma podem ser reduzidos os riscos?

Embora haja muitas maneiras para se reduzir os riscos (ver a Tabela 3), é importante que nos foquemos sobre aqueles com mais probabilidade de existirem. Por exemplo, é costume ser impossível fazer-se o que quer que seja a respeito do tamanho e da localização de determinadas instalações. De forma similar, conseguir-se alterar a conceção física de uma instalação pode ser difícil, ou custoso, e só se justificará em casos extremos. Por outro lado, poderá ser fácil alterar-se as práticas dos negócios que facilitam, ou estimulam, o crime e a desordem; isto, contudo, não pode ser feito sem a total cooperação dos donos, ou de quem gere as instalações, uma vez que serão estes quem devem implementar e pagar as medidas necessárias. Antes de avançarmos com a discussão das diversas formas para se convencer os gestores a fazerem as alterações necessárias para reduzir o crime, ou a desordem, torna-se importante compreender-se algumas das razões que os levam a não terem implementado aquelas coisas de motu próprio. Aquelas razões poderão incluir o seguinte:

1. *Se as instalações com muito crime enfrentam circunstâncias diferentes que as instalações com pouco crime, mesmo seguindo ambas as mesmas práticas, estas poderão não ser as mais eficazes para reduzir os incidentes problemáticos enfrentados pelas primeiras. Sob aquelas circunstâncias, poderá ser necessário empregar-se esforços de prevenção especiais nas instalações com muito crime.*

2. *Os gerentes das instalações com muito crime poderão não saber o que fazer para remediar a situação. Isto por vezes ocorre devido a uma fraca comunicação entre os gestores e os donos. Os programas de formação que transferem Informações sobre as instalações conhecidas por terem poucos crimes para as instalações com muitos crimes podem ajudar nestas circunstâncias.*

3. *As instalações com bastante crime poderão enfrentar custos de prevenção maiores que as instalações com pouco crime, especialmente se as anteriores se localizarem em estruturas antigas que são de adaptação mais dispendiosas às normas de prevenção criminal mais modernas. Por exemplo, as estruturas mais antigas contêm canalizações em chumbo, amianto, e outros materiais que são dispendiosos de manusear. As estruturas mais novas não contêm aqueles materiais, pelo que tornam a sua renovação mais fácil e barata. De forma similar, quando sai mais barato realizar a prevenção nas instalações com muito crime que nas novas instalações com pouco crime, a falha em se implementarem as medidas preventivas poderá ser, meramente, uma forma de se diminuírem as despesas de funcionamento. Isto é mais provável de ocorrer quando os custos da criminalidade pesam mais sobre os clientes e frequentadores que sobre os donos e os gestores das instalações. Baixar os custos poderá ajudar naquelas circunstâncias. Exemplos disto incluem-se a remoção subsidiada de lixos tóxicos, as baixas taxas de juro dos empréstimos, a proteção policial adicional, e outros tipos de esforços semelhantes.*

4. *Alguns negócios lucram devido à atividade criminal. Em casos extremos, os donos ou os empregados encontram-se diretamente envolvidos nas atividades criminais. Noutros casos,*

contudo, os negócios poderão simplesmente estar a alimentar as atividades desviantes, sem qualquer envolvimento direto dos donos e dos empregados. Por exemplo, os traficantes de droga e os consumidores poderão constituir uma parte desproporcionada dos clientes de uma loja de conveniência localizada numa área onde o tráfico de droga é frequente. Neste caso, o dono da loja poderá ignorar as atividades ilegais uma vez que os ofensores são os seus melhores clientes.

5. *Os gestores e os donos das instalações com muito crime, por vezes, crêem que a responsabilidade de reduzir o crime compete, unicamente, à polícia. Consequentemente, os seus esforços de prevenção criminal consistem, exclusivamente, em reclamar junto da polícia e em tentar que esta faça mais para prevenir o crime nas suas instalações. Embora o melhor seja assumir-se que os donos e os gestores pretendem reduzir o crime e a desordem nas suas instalações e de que eles estão abertos a trabalharem juntamente com a polícia, e com outros, de forma a conseguirem implementar as necessárias alterações, a lista acima sugere que eles, por vezes, resistem a implementar as medidas de remedeio. Consequentemente, por vezes, poderá ser necessário exercer-se uma certa coerção, tanto direta como indiretamente. Existem diversas maneiras disto poder ser feito:* §

§ Para uma discussão mais extensa sobre como se obter cooperação ver o Guia de Resposta N.º 3, da autoria de Mike Scott e Herman Goldstein, denominado "Shifting and Sharing Responsibility for Public Safety Problems" (Washington, D.C.: Office of Community Oriented Policing Services, U.S. Department of Justice, 2005).

1. Publicidade. *O enorme risco existente em se utilizar uma determinada instalação poderá fazer-se saber junto do público. Publicando-se estatísticas relacionadas com as chamadas de serviço provenientes dos motéis locais, ou sobre os crimes existentes em alguns parques de estacionamento, poderá envergonhar os gerentes levando os mesmos a agir, ou forçando-os a agir, de forma a evitarem perder com o negócio.*

2. Sanções. *Os governos locais podem fazer uso de procedimentos administrativos para encerrar as instalações que são locais problemáticos persistentes. Existem consideráveis evidências de que a ameaça de sanções administrativas é bastante eficaz para obrigar os proprietários a tratar dos problemas ligados à vitimização.*[21] *As sanções poderão ir desde a aplicação de coimas, à revogação das licenças, até ao encerramento das instalações.*

John Eck

Demolição de um antigo bar e de um hot-spot de tráfico de droga:
A remoção de uma instalação de alto risco poderá ser a melhor forma de reduzir o crime.

3. Programas de certificação. *A polícia e as autoridades locais podem certificar os edifícios e as instalações quanto à sua segurança. Estes programas de certificação poderão ser de caráter voluntário ou compulsório. Por exemplo, a polícia do Reino Unido tem em funcionamento um esquema deste tipo, de adesão voluntária, destinado ao parqueamento de viaturas em segurança.*[22]

4. Práticas voluntárias acordadas. *Os gerentes e os donos de tipos específicos de instalações existentes numa região ou localidade em particular poderão concordar em seguir determinadas práticas concebidas para reduzir o crime. Como exemplo disto poderemos referir os acordos que foram celebrados entre os gerentes dos pubs e dos clubes das zonas de diversão noturna de Melbourne, de Surfers Paradise, de Geelong, e de outras localidades da Austrália destinados a reduzir os incidentes violentos relacionados com o consumo de álcool.* [23]

5. Regularização do desempenho. *Recentemente, o Departamento da Polícia de Chula Vista tem vindo a experimentar o uso de normas do desempenho.* [24] *Baseado na análise da frequência do crime e da recusa de cooperação, foi estabelecido um número máximo de crimes para as instalações de um determinado tipo. Esta regularização pode ser expressa como uma taxa limite a ter em conta relativamente à dimensão das instalações. As instalações que excedem as normas estabelecidas são sancionadas. No mesmo sentido, o Departamento da Polícia de Oakland estabeleceu um protocolo onde uma cadeia de motéis concordou em tentar reduzir o crime e as desordens que vinham ocorrendo num dos seus motéis mais problemáticos.* [25] *Este acordo foi garantido através de uma caução de desempenho onde ficou estabelecido que aquela cadeia de motéis pagaria o montante de $250.000 dólares à cidade no caso de não conseguir atingir aquele objetivo no prazo de dois anos. A decisão sobre que medidas de segurança deviam ser introduzidas foi deixada ao critério da cadeia de motéis; esta decidiu melhorar a iluminação e as vedações, substituiu os gerentes e os vigilantes, realizou uma análise exaustiva aos antecedentes criminais de todos os candidatos a empregados, estabeleceu procedimentos estritos para os check-in, elaborou uma listagem dos indivíduos proibidos de frequentarem o motel e proibiu o arrendamento de quartos por mais de 30 dias. A criminalidade foi enormemente reduzida devido a esta iniciativa (ver a Tabela 4), a qual ganhou o prémio Herman Goldstein Award for Excellence in Problem-Oriented Policing de 2003.*

Tabela 4
Chamadas de Serviço para a Polícia do Motel do Aeroporto de Oakland

	Chamadas de serviço
1998	***197***
1999	***212***
2000	***242***
2001	***38***
2002	***1***
2003	***3****

**Até março de 2003*

Na prática, a estratégia mais eficaz poderá ser uma combinação de abordagens – tanto dando o pão como o pau. Uma vez que os comerciantes poderão ter alguma influência política, será,

de longe, mais fácil conseguir-se reduzir o crime se as gerências forem induzidas a cooperar nesse sentido sem que nos tenhamos de envolver numa luta política. Com este fim, torna-se importante recordar o princípio orientador deste guia, a regra dos 80/20: a maior parte do problema, provavelmente, é proveniente de poucas instalações. Por isso, é possível que ao solicitarmos o apoio dos donos e dos gerentes da maioria das instalações – cujos contributos para o problema sejam menores – para se conseguir alterar o comportamento de uns poucos – cujos contributos para o problema sejam maiores – isto possa ajudar a polícia a vencer um eventual conflito político. Isto, também, pode contribuir para a redação de custos ao focarem-se os recursos onde eles forem mais necessários, o que, igualmente, poderá ajudar a conceber as respostas de acordo com as caraterísticas particulares de cada um dos problemas, logo aumentando as hipóteses de eficácia das intervenções.

Notas finais

1 Eck, Clarke, e Guerette (2007).
2 Kock (1999).
3 Eck, Clarke, e Guerette (2007).
4 National Association of Convenience Stores (1991).
5 Sherman, Schmidt, e Velke (1992).
6 Eck, Clarke, e Guerette (2007).
7 La Vigne (1994).
8 Lindstrom (1997).
9 Bowers e outros (1998).
10 Hirschfield e Bowers (1998).
11 Newton (2004); Loukaitou-Sideris e Eck (in press).
12 Perrone (2000).
13 Eck, Clarke, e Guerette (2007).
14 Clarke e Goldstein (2003).
15 Oakland Police Department (2003).
16 Clarke e Goldstein (2003).
17 Chula Vista Police Department (2004).
18 Madensen e outros (2005).
19 Clarke e Goldstein (2002).
20 Zanin e outros (2004).
21 Eck (2002).
22 Smith, Gregson, e Morgan (2003).
23 Homel e outros (1997); Felson e outros (1997).
24 Chula Vista Police Department (2004).
25 Oakland Police Department (2003).

Referências

Bowers, K., A. Hirschfield e S. Johnson (1998). ***"Victimization Revisited: A Case Study of Non- Residential Repeat Burglary in Merseyside."*** *British Journal of Criminology 38(3): 429-452.*

Chula Vista Police Department. Chief 's Community Advisory Committee (2004). ***The Chula Vista Motel Project.*** *Chula Vista (California): Chula Vista Police Department.*

Clarke, R.V. (1999). ***Hot Products: Understanding, Anticipating and Reducing Demand for Stolen Goods****. London: Home Office, Research Development and Statistics Directorate.*

— (2002). ***Shoplifting, Problem Specific Guide No. 11****. Problem-Oriented Guides for Police Series. Washington, D.C.: Office of Community Oriented Policing Services, U.S. Department of Justice.*

Clarke, R.V., e G. Bichler-Robertson (1998). ***"Place Managers, Slumlords and Crime in Low Rent Apartment Buildings."*** *Security Journal 11: 11-19.*

Clarke, R.V., and J.E. Eck (2003). Become a Problem-Solving Crime Analyst: In 55 Small Steps. London: Jill Dando Institute of Crime Science.

Clarke, R.V., e H. Goldstein (2002). ***"Reducing Theft at Construction Sites: Lessons from a Problem-Oriented Project."*** *Em N. Tilley (ed.),* ***Analysis for Crime Prevention, Crime Prevention Studies, vol. 13****. Monsey (New York): Criminal Justice Press.*

— (2003). ***"Thefts from Cars in Center-City Parking Facilities: A Case Study in Implementing Problem-Oriented Policing."*** *Em J. Knutsson (ed.),* ***Problem-Oriented Policing: From Innovation to Mainstream, Crime Prevention Studies, vol. 15****. Monsey (New York): Criminal Justice Press.*

Clarke, R.V., e D. Martin (1975). ***"A Study of Absconding and Its Implications for the Residential Treatment of Delinquents."*** *Em J. Tizard, I. Sinclair e R.V. Clarke (eds.),* ***Varieties of Residential Experience****. London: Routledge and Kegan Paul.*

Decker, S. (2005) ***Using Offender Interviews to Inform Police Problem Solving, Problem Solving Tools Series No. 3.*** *Problem-Oriented Guides for Police Series. Washington, D.C.: Office of Community Oriented Policing Services, U.S. Department of Justice.*

Eck, J. E. (2002). ***"Preventing Crime at Places."*** *Em L.W. Sherman, D. Farrington, B. Welsh e D.L. MacKenzie (eds.),* ***Evidence-Based Crime Prevention****. New York: Routledge.*

— (2003). ***"Police Problems: The Complexity of Problem Theory, Research and Evaluation."*** *Em J. Knutsson (ed.),* ***Problem-Oriented Policing: From Innovation to Mainstream, Crime Prevention Studies, vol. 15****. Monsey (New York): Criminal Justice Press.*

Eck, J., R.V. Clarke e R. Guerette (2007). ***"Risky Facilities: Crime Concentration in Homogeneous Sets of Facilities."*** *Crime Prevention Studies, vol. 21. Monsey (New York): Criminal Justice Press.*

Felson, M., R. Berends, B. Richardson e A. Veno (1997). ***"Reducing Pub Hopping and Related Crime."*** *Em R. Homel (ed.),* ***Policing for Prevention: Reducing Crime, Public intoxication and Injury, Crime Prevention Studies, vol. 7****. Monsey (New York): Criminal Justice Press.*

Hirschfield, A., e K. Bowers (1998). ***"Monitoring, Measuring and Mapping Community Safety."*** *Em A. Marlow and J. Pitts (eds.),* ***Planning Safer Communities****. Lyne Regis: Russell House Publishing.*

Homel, R., M. Hauritz, G. McIlwain, R. Wortley e R. Carvolth (1997). ***"Preventing Drunkenness and Violence Around Nightclubs in a Tourist Resort."*** *Em R.V. Clarke (ed.),* ***Situational Crime Prevention: Successful Case Studies*** *(2nd ed.). Guilderland (New York): Harrow and Heston.*

Kock, R. (1999). 80-20 ***Principle: The Secret to Success by Achieving More with Less****. New York: Doubleday.*

La Vigne, N. (1994). ***"Gasoline Drive-Offs: Designing a Less Convenient Environment."*** *Em R.V. Clarke (ed.), Crime Prevention Studies, vol. 2. Monsey (New York): Criminal Justice Press.*

Lindstrom, P. (1997). ***"Patterns of School Crime: A Replication and Empirical Extension."*** *British Journal of Criminology 37: 121-130.*

Loukaitou-Sideris, A., e J.E. Eck (in press). ***"Crime Prevention and Active Living."*** *American Journal of Health Promotion.*

Madensen, T., M. Skubak, D. Morgan e J.E. Eck (2005). ***Open-Air Drug Dealing in Cincinnati, Ohio: Executive Summary and Final Recommendations.*** *Cincinnati, Ohio: University of Cincinnati, Division of Criminal Justice. Disponível em www.uc.edu/criminaljustice/ProjectReports/FINAL_RECOMMENDATIONS.pdf).*

Matthews, R., C. Pease e K. Pease (2001). ***"Repeat Bank Robbery: Theme and Variations."*** *Em G. Farrell e K. Pease (eds.),* ***Repeat Victimization, Crime Prevention Studies, vol.12****. Monsey (New York): Criminal Justice Press.*

National Association of Convenience Stores (1991). ***Convenience Store Security Report and Recommendations****. Alexandria (Virginia): National Association of Convenience Stores.*

Newton, A. (2004). ***Crime and Disorder on Busses: Toward an Evidence Base for Effective Crime Prevention****. PhD diss., University of Liverpool, Liverpool.*

Oakland Police Department (2003). ***"The Oakland Airport Motel Project."*** *Submetido ao prémio Herman Goldstein Award for Excellence in Problem-Oriented Policing.*

Perrone, S. (2000). ***Crimes Against Small Business in Australia: A Preliminary Analysis****. Canberra: Australian Institute for Criminology.*

Scott, M. (2001). ***The Problem of Robbery at Automated Teller Machines, Problem Specific Guide No. 8****. Problem-Oriented Guides for Police Series. Washington, D.C.: Office of Community Oriented Policing Services, U.S. Department of Justice.*

Scott, M., e H. Goldstein (2006). ***Shifting and Sharing Responsibility for Public Safety Problems, Response Guide Series No. 3****. Problem-Oriented Guides for Police. Washington, D.C.: Office of Community Oriented Policing Services, U.S. Department of Justice.*

Sherman, L., J. Schmidt e R. Velke (1992). ***High Crime Taverns: A RECAP Project in Problem-Oriented Policing****. Washington, D.C.: Crime Control Institute.*

Smith, D., M. Gregson e J. Morgan (2003). ***Between the Lines: An Evaluation of the Secured Park Award Scheme****. London: Home Office Research, Development and Statistics Directorate.*

Stedman, J. (2005). ***"Alcohol Issues in City Parks."*** *Apresentação não publicada feita ao Chula Vista City Council. Chula Vista (California): Chula Vista Police Department (November).*

Weisel, D. (2005) ***Analyzing Repeat Victimization, Problem Solving Tools Series No. 4****. Problem-Oriented Guides for Police. Washington, D.C.: Office of Community Oriented Policing Services, U.S. Department of Justice.*

Zanin, N., J. Shane e R.V. Clarke (2004). ***"Reducing Drug Dealing in Private Apartment Complexes In Newark, New Jersey."*** *Um relatório final apresentado ao U.S. Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services, sobre as aplicações de campo dos Guias Policiais Orientados para a Resolução de Problemas em projetos policiais. Washington, D.C.: Office of Community Oriented Policing Services, U.S. Department of Justice. Disponível em www.popcenter.org.*

Acerca dos autores

Ronald V. Clarke

Ronald V. Clarke é professor da School of Criminal Justice, na Rutgers University. Anteriormente, chefiou o departamento de pesquisas de criminologia do governo britânico onde desempenhou um papel significativo no desenvolvimento da prevenção situacional do crime e no British Crime Survey. Clarke é o fundador e editor dos Crime Prevention Studies. As suas publicações incluem Designing Out Crime (HMSO 1980, com Pat Mayhew), The Reasoning Criminal (Springer-Verlag 1986, com Derek Cornish), Situational Crime Prevention: Successful Case Studies (Criminal Justice Press, 1997), Superhighway Robbery (Willan Publishing, 2003, com Graeme Newman) Crime Analysis for Problem Solvers (US Dept of Justice, 2005, com John Eck) e Outsmarting the Terrorists (Praeger 2006, com Graeme Newman). Desde 1998 que tem sido membro do comité de seleção do prémio anual Herman Goldstein Award for Excellence in Problem-Oriented Policing. Clarke é doutorado em psicologia pela Universidade de Londres

John E. Eck

John Eck é professor de justiça criminal da Universty of Cincinnati. Tem contribuido para o desenvolvimento do policiamento orientado aos problemas desde 1984, quando estudou a primeira tentativa de implementação deste conceito em Newport News, Virgínia, nos EUA. Ajudou a desenvolver um número de técnicas que, hoje, são padrão no Policiamento Orientado-aos-Problemas, incluindo o modelo SARA e o triângulo de análise do problema. O Dr. Eck é membro do Center for Problem-Oriented Policing. É membro do júri do Prémio Tilley para a Excelência em Policiamento Orientado-aos-Problemas. O Dr. Eck foi membro do Comité de Revisão de Pesquisas sobre Políticas e Práticas Policiais (2000-2003), da National Academy of Sciences.

Leituras recomendadas

• ***A Police Guide to Surveying Citizens and Their Environments**, do Bureau of Justice Assistance, 1993. Este guia oferece, aos elementos policiais, uma introdução prática a dois tipos de sondagens que poderão ser úteis à polícia: sondagem da opinião pública e sondagem sobre o ambiente físico. Este guia fornece orientações sobre como e de que forma devem ser realizadas sondagens que sejam eficazes em termos de custo/benefício.*

• ***Assessing Responses to Problems: An Introductory Guide for Police Problem-Solvers**, da autoria de John E. Eck (do U.S. Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services, 2001). Este guia deve ser usado como complemento aos Guias sobre Orientação para os Problemas da série de guias policiais. Ele fornece orientações básicas para medir e avaliar os esforços desenvolvidos no policiamento orientado aos problemas.*

• ***Conducting Community Surveys**, da autoria de Deborah Weisel (do Bureau of Justice Statistics e do Office of Community Oriented Policing Services, 1999). Este guia, juntamente com o software que o acompanha, fornece indicadores básicos e práticos para a polícia usar aquando da realização de sondagens à comunidade. Este documento, já traduzido por mim anteriormente encontra-se disponível em http://www.popcenter.org/library/translations/ e em www.ojp.usdoj.gov/bjs.*

• ***Crime Prevention Studies**, editado por Ronald V. Clarke (Criminal Justice Press, 1993, et seq.). estes constituem uma série de volumes sobre estudos teóricos e aplicados sobre a redução das oportunidades para o crime. Muitos capítulos são sobre avaliações de iniciativas para reduzir crimes específicos e problemas causadores de desordem.*

• ***Excellence in Problem-Oriented Policing: The 1999 Herman Goldstein Award Winners.** Este documento, produzido pelo National Institute of Justice em colaboração com o Office of Community Oriented Policing Services e com o Police Executive Research Forum, fornece relatórios detalhados dos melhores trabalhos submetidos ao concurso anual cujo programa visa o reconhecimento da excelência nas respostas policiais orientadas aos problemas aos vários problemas comunitários. Uma publicação similar encontra-se disponível para os vencedores dos prémios dos anos subsequentes. Este documento também está disponível em www.ojp.usdoj.gov/nij.*

• ***Not Rocket Science? Problem-Solving and Crime Reduction**, da autoria de Tim Read e Nick Tilley (Home Office Crime Reduction Research Series, 2000). Identifica e descreve os factores que tornam a resolução dos problemas eficaz ou ineficaz da forma como têm sido praticadas pelas forças policiais da Inglaterra e do País de Gales.*

• ***Opportunity Makes the Thief: Practical Theory for Crime Prevention**, da autoria de Marcus Felson e Ronald V. Clarke (Home Office Police Research Series, Paper No. 98, 1998). Explica como as teorias criminais, como a teoria das actividades de rotina, a teoria da escolha racional e a teoria dos padrões criminais, têm implicações práticas para a polícia e para os seus esforços em prevenir o crime.*

• ***Problem Analysis in Policing**, da autoria de Rachel Boba (Police Foundation, 2003). Introduz e define a análise dos problemas e fornece orientações sobre como a análise dos problemas pode ser integrada e institucionalizada nas mais modernas práticas de policiamento.*

• ***Problem-Oriented Policing***, *De Herman Goldstein (McGraw-Hill, 1990, editado pela Temple University Press, 1990). Explica os princípios e os métodos do Policiamento orientado para a resolução de problemas, fornece exemplos disso na prática, e discute a forma como uma agência policial poderá implementar o conceito na prática.*

• ***Problem-Oriented Policing and Crime Prevention***, *De Anthony A. Braga (Criminal Justice Press, 2003). Fornece uma revisão abrangente das pesquisas policiais acerca das questões colocadas pelos problemas, dos ofensores reiterados e das vítimas reiteradas, focando-se na aplicabilidade daquelas conclusões ao policiamento orientado para a resolução de problemas. Explica como os departamentos policiais poderão facilitar a implementação do Policiamento orientado aos problemas através do melhoramento da análise criminal, da avaliação da performance, e de como manter parcerias produtivas.*

• ***Problem-Oriented Policing: Reflections on the First 20 Years***, *de Michael S. Scott (U.S. Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services, 2000). Descreve de que forma as componentes mais críticas do modelo de policiamento orientado aos problemas, criado por Herman Goldstein, se têm desenvolvido ao longo dos seus 20 anos de história, e propõe futuras direcções para o policiamento orientado aos problemas. Este relatório também se encontra disponível em www.cops.usdoj.gov.*

• ***Problem-Solving: Problem-Oriented Policing in Newport News,*** *de John E. Eck e William Spelman (Police Executive Research Forum, 1987). Explica as razões subjacentes ao policiamento orientado aos problemas e ao processo de resolução de problemas, e fornece exemplos de resolução eficaz dos problemas por uma agência de polícia.*

• ***Problem-Solving Tips: A Guide to Reducing Crime and Disorder Through Problem-Solving Partnerships*** *de Karin Schmerler, Matt Perkins, Scott Phillips, Tammy Rinehart e Meg Townsend. (U.S. Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services, 1998) (também disponível em www.cops.usdoj.gov). Fornece uma breve introdução à resolução de problemas, informações básicas sobre o modelo SARA e sugestões detalhadas acerca do processo de resolução de problemas.*

• ***Situational Crime Prevention: Successful Case Studies***, *Segunda Edição, editada por Ronald V. Clarke (Harrow e Heston, 1997). Explica os princípios e os métodos da prevenção situacional da criminalidade, a apresenta mais de 20 casos estudados de iniciativas de prevenção criminal eficazes.*

• ***Tackling Crime and Other Public-Safety Problems: Case Studies in Problem-Solving***, *de Rana Sampson e Michael S. Scott (U.S. Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services, 2000) (também disponível em www.cops.usdoj.gov). Apresenta casos estudados estudos de resolução eficaz de problemas em 18 tipos de crime de problemas decorrentes de desordem.*

• ***Using Analysis for Problem-Solving: A Guidebook for Law Enforcement***, *de Timothy S. Bynum (U.S. Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services, 2001). Fornece uma introdução sobre como a polícia deve analisar os problemas em contexto de policiamento orientados aos problemas.*

• ***Using Research: A Primer for Law Enforcement Managers***, *Segunda Edição, de John E. Eck e Nancy G. LaVigne (Police Executive Research Forum, 1994). Explica muitas das bases para a realização de estudos tal como são aplicados à organização da polícia e à resolução de problemas.*

Outros Guias Policiais Orientados à Resolução de Problemas

Série de Guias para Problemas Específicos:

1. Assaults in and Around Bars, 2nd Edition. *Michael S. Scott. 2001. ISBN: 1-932582-00-2*
2. Street Prostitution, 2nd Edition. *Michael S. Scott. 2001. ISBN: 1-932582-01-0*
3. Speeding in Residential Areas. *Michael S. Scott. 2001. ISBN: 1-932582-02-9*
4. Drug Dealing in Privately Owned Apartment Complexes*. Rana Sampson. 2001. ISBN: 1-932582-03-7*
5. False Burglar Alarms. *Rana Sampson. 2001. ISBN: 1-932582-04-5*
6. Disorderly Youth in Public Places. *Michael S. Scott. 2001. ISBN: 1-932582-05-3*
7. Loud Car Stereos. *Michael S. Scott. 2001. ISBN: 1-932582-06-1*
8. Robbery at Automated Teller Machines. *Michael S. Scott. 2001. ISBN: 1-932582-07-X*
9. Graffiti. *Deborah Lamm Weisel. 2002. ISBN: 1-932582-08-8*
10. Thefts of and From Cars in Parking Facilities. *Ronald V. Clarke. 2002. ISBN: 1-932582-09-6*
11. Shoplifting. *Ronald V. Clarke. 2002. ISBN: 1-932582-10-X*
12. Bullying in Schools. *Rana Sampson. 2002. ISBN: 1-932582-11-8*
13. Panhandling. *Michael S. Scott. 2002. ISBN: 1-932582-12-6*
14. Rave Parties. *Michael S. Scott. 2002. ISBN: 1-932582-13-4*
15. Burglary of Retail Establishments. *Ronald V. Clarke. 2002. ISBN: 1-932582-14-2*
16. Clandestine Methamphetamine Labs, 2nd Edition. *Michael S. Scott. 2002. ISBN: 1-932582-15-0*
17. Acquaintance Rape of College Students. *Rana Sampson. 2002. ISBN: 1-932582-16-9*
18. Burglary of Single-Family Houses. *Deborah Lamm Weisel. 2002. ISBN: 1-932582-17-7*
19. Misuse and Abuse of 911. *Rana Sampson. 2002. ISBN: 1-932582-18-5*
20. Financial Crimes Against the Elderly. *Kelly Dedel Johnson. 2003. ISBN: 1-932582-22-3*
21. Check and Card Fraud. *Graeme R. Newman. 2003. ISBN: 1-932582-27-4*
22. Stalking. *The National Center for Victims of Crime. 2004. ISBN: 1-932582-30-4*
23. Gun Violence Among Serious Young Offenders. *Anthony A. Braga. 2004. ISBN: 1-932582-31-2*
24. Prescription Fraud. *Julie Wartell e Nancy G. La Vigne. 2004. ISBN: 1-932582-33-9*
25. Identity Theft*. Graeme R. Newman. 2004. ISBN: 1-932582-35-3*
26. Crimes Against Tourists. *Ronald W. Glensor e Kenneth J. Peak. 2004. ISBN: 1-932582-36-3*
27. Underage Drinking. *Kelly Dedel Johnson. 2004. ISBN: 1-932582-39-8*
28. Street Racing. *Kenneth J. Peak e Ronald W. Glensor. 2004. ISBN: 1-932582-42-8*
29. Cruising. *Kenneth J. Peak e Ronald W. Glensor. 2004 ISBN: 1-932582-43-6*
30. Disorder at Budget Motels*. Karin Schmerler. 2005. ISBN: 1-932582-41-X*
31. Drug Dealing in Open-Air Markets. *Alex Harocopos e Mike Hough. 2005. ISBN: 1-932582-45-2*
32. Bomb Threats in Schools. *Graeme R. Newman. 2005. ISBN: 1-932582-46-0*
33. Illicit Sexual Activity in Public Places. *Kelly Dedel Johnson. 2005. ISBN: 1-932582-47-9*
34. Robbery of Taxi Drivers. *Martha J. Smith. 2005. ISBN: 1-932582-50-9*
35. School Vandalism and Break-Ins. *Kelly Dedel Johnson. 2005. ISBN: 1-9325802-51-7*
36. Drunk Driving. *Michael S. Scott, Nina J. Emerson, Louis B. Antonacci, e Joel B. Plant. 2005. ISBN: 1-932582-57-6*
37. Juvenile Runaways. *Kelly Dedel. 2006. ISBN: 1932582-56-8*
38. The Exploitation of Trafficked Women. *Graeme R. Newman. 2006. ISBN: 1-932582-59-2*
39. Student Party Riots. *Tamara D. Madensen e John E. Eck. 2006. ISBN: 1-932582-60-6*
40. People with Mental Illness. *Gary Cordner. 2006. ISBN: 1-932582-63-0*
41. Child Pornography on the Internet. *Richard Wortley e Stephen Smallbone. 2006. ISBN: 1-932582-65-7*
42. Witness Intimidation. *Kelly Dedel. 2006. ISBN: 1-932582-67-3*

43. Burglary at Single-Family House Construction Sites. *Rachel Boba e Roberto Santos. 2006. ISBN: 1-932582-00-2*
44. Disorder at Day Laborer Sites. *Rob Guerette. 2007. ISBN: 1-932582-72-X*
45. Domestic Violence. *Rana Sampson. 2007. ISBN: 1-932582-74-6*
46. Thefts of and from Cars on Residential Streets and Driveways. *Todd Keister. 2007. ISBN: 1-932582-76-2*
47. Drive-By Shootings. *Kelly Dedel. 2007. ISBN: 1-932582-77-0*

Série de Guias de Resposta:

- ***The Benefits and Consequences of Police Crackdowns.*** *Michael S. Scott. 2003. ISBN: 1-932582-24-X*
- ***Closing Streets and Alleys to Reduce Crime: Should You Go Down This Road?*** *Ronald V. Clarke. 2004. ISBN: 1-932582-41-X*
- ***Crime Prevention Publicity Campaigns.*** *Emmanuel Barthe. 2006 ISBN: 1-932582-66-5*
- ***Shifting and Sharing Responsibility for Public Safety Problems.*** *Michael S. Scott e Herman Goldstein. 2005. ISBN: 1-932582-55-X*
- ***Video Surveillance of Public Places.*** *Jerry Ratcliffe. 2006 ISBN: 1-932582-58-4*

Série de Instrumentos para resolução de Problemas:

- ***Assessing Responses to Problems: An Introductory Guide for Police Problem-Solvers.*** *John E. Eck. 2002. ISBN: 1-932582-19-3*
- ***Researching a Problem.*** *Ronald V. Clarke e Phyllis A. Schultz. 2005. ISBN: 1-932582-48-7*
- ***Using Offender Interviews to Inform Police Problem Solving.*** *Scott H. Decker. 2005. ISBN: 1-932582-49-5*
- ***Analyzing Repeat Victimization.*** *Deborah Lamm Weisel. 2005. ISBN: 1-932582-54-1*

Understanding Risky Facilities. *Ronald V. Clarke e John E. Eck. 2007. ISBN: 1-932582-75-4*

Guias Policiais Orientados à Resolução de Problemas a publicar

Guias para Problemas Específicos

Abandoned Vehicles
Bank Robbery
Bicycle Theft
Drive-By Shootings
Crowd Control at Stadiums and Other Entertainment Venues
Child Abuse
Crime and Disorder in Parks
Pedestrian Injuries and Fatalities
Robbery of Convenience Stores
Traffic Congestion Around Schools
Transient Encampments

Instrumentos para resolução de Problemas

Designing a Problem Analysis System
Displacement
Implementing Responses to Problems

Using Crime Prevention Through Environmental Design in Problem Solving
Partnering with Community Developers to Address Public Safety Problems

Guias de Resposta

Enhancing Lighting
Sting Operations

Para mais Informações acerca dos Guias Orinetados para a Resolução de Problemas e outras publicações do COPS Office, contate por favor o Department of Justice Response Center através do telefone n.º 1-800-421-6770 ou no nosso Website em www.cops.usdoj.gov.

FARA MAIS INFORMAÇÕES:

U.S. Department of Justice
Office of Community Oriented Policing Services
1100 Vermont Avenue, NW
Washington, D.C. 20530

Para obter detalhes sobre os programas do COPS,
telefone para o U.S. Department of Justice Response Center
através do n.º 1.800.421.6770

Visite o website do COPS no endereço www.cops.usdoj.gov.

e02071462

Março de 2007

ISBN: 1-932582-75-4